

# ***ALCANCES DA PESQUISA NA GRADUAÇÃO***

## ***THE SCOPE OF UNDERGRADUATE RESEARCH***

### **Thamires Pereira Alves**

Mestre em Psicologia Social - UFPB  
Centro Universitário Vale do Salgado  
CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3277293920274564>  
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3128-3974>  
E-mail: [thamirespereira@univs.edu.br](mailto:thamirespereira@univs.edu.br)

### **Isabela Bezerra Ribeiro**

Mestre em Psicologia - UFPE  
Centro Universitário Vale do Salgado  
CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1085196941361121>  
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6458-6547>  
E-mail: [isabelabezerra@univs.edu.br](mailto:isabelabezerra@univs.edu.br)

### **Editorial**

**Recebido em: 02 de Agosto de 2023**

**Aceito em: 29 de Agosto de 2023**

A educação superior no Brasil é orquestrada por Instituições de Ensino Superior (IES), sejam elas de caráter público ou privado. Essas instituições oferecem uma ampla gama de cursos, abrangendo graduação (bacharelado, licenciatura e tecnológico), pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado) e atividades de extensão. Na atualidade, como requisito para uma formação completa, entende-se que a iniciação científica (IC) torna-se indispensável, uma vez que esta provém um conjunto de conhecimentos aquém da sala de aula que promovem práticas, técnicas e tradições científicas.

No âmbito do ensino superior, as universidades brasileiras têm investido cada vez mais na consolidação da IC nos cursos de graduação, a fim de promover a experiência da prática da pesquisa aos jovens estudantes. Porém, nem sempre foi assim. O reconhecimento da importância e valorização da ciência em nosso país surge apenas em 1951, com a criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, ainda focado nas pesquisas de pós-graduação e fomentadas pelas instituições públicas de ensino superior.

A partir de então, foi natural a necessidade de inserir a pesquisa na graduação e aproximá-la dos discentes. Assim, conforme estabelecido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, um dos objetivos primordiais da educação superior é estimular a pesquisa e a investigação científica (Lei nº 9394/1996). Portanto, tornou-se mister a indissociabilidade entre ensino e pesquisa nas IES brasileiras.

Neste cenário, o financiamento das pesquisas com bolsas de iniciação científica nas instituições federais abriu um grande debate sobre aspectos estruturais relevantes. Nestes primórdios, a prática da IC era restrita a poucos alunos, visto seu caráter precursor para a comunidade acadêmica. Entretanto, com as bolsas como critério de seleção, apenas aqueles considerados “os melhores” eram estimulados para tal. Ademais, a distribuição de bolsas era em sua maioria destinada a região Sudeste, mantendo o elitismo da ciência em regiões mais centrais e desenvolvidas economicamente do país. Ainda, observou-se que as instituições privadas foram excluídas deste processo.

Isto posto, era comum associar as Universidades Federais ao desenvolvimento de pesquisas científicas, enquanto as Instituições de ensino superior privadas (Iesp) eram vistas, muitas vezes, como instituições voltadas principalmente para a preparação dos estudantes para o mercado de trabalho. Grande parte desta concepção era sustentada pela dinâmica das Iesp e seu regime de trabalho, onde percebia-se que poucos professores dedicavam-se à pesquisa o que, conseqüentemente, refletia em um número menor de alunos envolvidos na IC. No entanto, desde 2006 as instituições privadas também recebem financiamento de pesquisa através de bolsas de iniciação científica, fato que impulsionou a pesquisa científica nas Iesp, gerando uma mudança neste cenário e expandindo a IC nos cursos de graduação do Brasil (Massi; Queiroz, 2010)

Paralelamente, é importante observar transformações no “fazer ciência”, especialmente no que diz respeito à ética na pesquisa. A criação e expansão de comitês de ética em pesquisa – CEPs, constitui-se como um passo importante nesse sentido. Esses comitês são responsáveis por dirigir as normas básicas de conduta científica em pesquisa e por garantir que as pesquisas realizadas nas instituições, sejam elas públicas ou privadas, sigam padrões éticos rigorosos que garantam credibilidade e resultados confiáveis.

Durante a graduação, especialmente em cursos universitários, os estudantes têm disciplinas dedicadas à metodologia científica, técnicas de pesquisa e produção textual. Essas disciplinas têm como objetivo fornecer aos alunos habilidades necessárias para

compreender, realizar e comunicar dados de pesquisa científica. Estes componentes curriculares variam de acordo com o tipo de ensino oferecido ou pela especialidade do curso seguindo a Proposta Pedagógica Curricular (PPC) (Alves; Figueiredo; Bastos, 2018).

Para Savi Neto, Nascimento e Fare (2023) a Iniciação Científica é definida como um ritual de entrada no ambiente acadêmico, destacando a natureza experiencial desse processo. Dito isto, a construção de um projeto de pesquisa, sob orientação de um professor pesquisador, objetivando uma temática de relevância científica e social nas mais diversas áreas do conhecimento promove uma experiência ímpar de pesquisador aos jovens estudantes. A iniciação, nesse contexto, refere-se não apenas ao começo de algo, mas também à introdução aos princípios e práticas da pesquisa científica. Os autores mencionam a Resolução Normativa nº 017/2006, que destaca a relação central existente na IC entre um "pesquisador qualificado" e um jovem iniciante na pesquisa. Isso reforça a ideia de que a IC envolve a mentoria de um pesquisador experiente, contribuindo para a formação e desenvolvimento do estudante no contexto da pesquisa científica (BRASIL, 2006).

Compreende-se, portanto, que a prática em pesquisa na graduação através da iniciação científica possibilita uma série de contribuições. A formação acadêmica é, talvez, a dimensão mais impactada, pois a relação ensino-pesquisa estabelece as IES como espaços científicos que promovem a produção de conhecimento — e não apenas sua reprodução. Além disso, aproxima o estudante com outra área de atuação de suma relevância para o progresso da ciência: a de pesquisador.

As autoras Massi e Queiroz (2010) destacam que a contribuição da IC na formação acadêmica é evidente e afirmam que a pesquisa científica é um grande instrumento educativo, no âmbito acadêmico e pessoal. Neste sentido, a iniciação científica constitui-se como uma atividade acadêmica que, além de promover conhecimentos práticos sobre pesquisa (desde sua construção até o relato dos resultados), possibilita motivação, uma visão mais ampla do curso de graduação e uma maior base de habilidades (Breglia, 2013).

Apesar do forte impacto da IC no âmbito da formação, esta também torna-se importante no desenvolvimento pessoal do estudante na medida em que auxilia o desenvolvimento de habilidades que, posteriormente, serão essenciais na vida profissional destes. Caberlon (2003) evidencia que a inserção de discentes de graduação

na IC relaciona-se substancialmente ao estabelecimento de raciocínio crítico, maior criatividade, bem como maturidade e responsabilidade diante da própria formação. As características supracitadas demonstram o potencial da pesquisa enquanto uma aliada na ruptura em modelos educacionais antiquados que propunham a passividade do aluno, promovendo uma cultura universitária mais autônoma.

Todavia, não podemos esquecer que a participação na IC possibilita uma compreensão prática do que constitui o fazer ciência. Neste sentido, há o protagonismo do estudante na escolha do objeto de estudo, no ato de pesquisar e na construção do conhecimento científico. Ainda, o contato direto com um professor pesquisador e outros discentes produz uma troca mútua de conhecimentos que promove tanto a socialização acadêmica, como também o compartilhamento de vivências pessoais. Dito isto, entende-se que a IC proporciona uma vivência única da experiência acadêmica antes mesmo do estudante concluir sua formação, assegurando o desenvolvimento de habilidades, intimidade com a ciência e incentivo a pós-graduação.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Rute Holanda Lopes; FIGUEIREDO, Suelania Cristina Gonzaga de; BASTOS, Maria Francisca Silva. A iniciação científica e sua influência na formação acadêmica de uma instituição de ensino superior privada de Manaus-AM. **Anais do XXXVIII Encontro Nacional de Engenharia de Produção**. 2018. Disponível em: [https://www.academia.edu/download/88684543/TN\\_STO\\_267\\_529\\_36133.pdf](https://www.academia.edu/download/88684543/TN_STO_267_529_36133.pdf).

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília-DF: Ministério da Educação.

BRASIL. **Resolução Normativa nº 017 de 6 de julho de 2006**. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Brasília, 2006.

BREGLIA, Vera Lucia Alves. Graduação, formação e pesquisa: entre o discurso e as práticas. **Trivium-Estudos Interdisciplinares**, v. 5, n. 1, p. 1-4, 2013. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/trivium/v5n1/v5n1a02.pdf>.

CABERLON, V. I. **Pesquisa e graduação na Furg**: em busca de compreensões sob distintos horizontes. 2003. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

MASSI, Luciana; QUEIROZ, Salete Linhares. Estudos sobre iniciação científica no Brasil: uma revisão. **Cadernos de Pesquisa**, v. 40, n. 139, p. 173-197, 2010. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/cp/v40n139/v40n139a09.pdf>.

SAVI NETO, P.; NASCIMENTO, I.; FARE, M. D. L. As possíveis contribuições do conceito de *mimesis* para pensar a iniciação científica em tempos de regulação da conduta em pesquisa. **Educação em Revista**, v. 39, p. e38357, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-469838357>.

### COMO CITAR

ALVES, Thamires PEREIRA.; RIBEIRO, Isabela Bezerra. Alcances da pesquisa na graduação. **Revista Interdisciplinar Encontro das Ciências – RIEC**, v.6, n.2, p. 130-134, 2023.